



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Terceira Sessão Ordinária do Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 14.2.2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Daniel Gasparini dos Santos (2), Dayane Amaro Costa (3), João Antônio Pires Gonçalves (4), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (5), Laércio Rocha Pires (6), Leonardo David Zaniboni (7), Luís Roberto Tavares (8), Professor Luiz Antônio Guarnieri (9), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (10), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (11), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15) e Waldemar Marcurio Filho (16), e a ausência do Professor Cinoê Duzo (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou a Vereadora Dayane Amaro Costa para que procedesse a leitura de um salmo da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Bíblia. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento nº 133, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “justificando falta por 15 dias, a contar de 15.2.2013, pelo atestado médico subscrito pelo Doutor Wilson de Falco”; (aprovado pela unanimidade dos Vereadores presentes). Em seguida o Presidente suspendeu os trabalhos às 18h45 para receber em plenário o Senhor Celso Cresta, digníssimo Presidente do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos. Reabertos os trabalhos às 19h30, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário a ata da Primeira Sessão Ordinária, realizada em 4.2.2013, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 8, de 2013, do Senhor Prefeito, acompanhado de Mensagem nº 5 e Ofício nº 5, ambos datados de 6.2.13, “autorizando a venda de produtos confeccionados na oficina terapêutica do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CPA-AD) de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes). 2. Projeto de Lei nº 9, do Vereador Laércio Rocha Pires, “instituído do dia 4 de outubro como o Dia do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Endemias”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 3. Projeto de Lei nº 10, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti “acrescentando dispositivos à Lei nº 4.911/10, sobre convênios com instituições educacionais e públicas e privadas de ensino técnico e superior, sem ônus para o Município”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social). 4. Projeto de Lei Complementar nº 2, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti “acrescentando dispositivos à Lei nº 207/06, sobre o Estatuto do Magistério de Mogi Mirim e plano de carreira e salários da rede municipal de ensino”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social). 5. Projeto de Lei nº 11, de 2013, do Senhor Prefeito, acompanhado de Mensagem nº 6 e Ofício nº 6, ambos datados de 15.2.13, “autorizando o Município a celebrar convênio com o Sindicato dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Servidores Públicos objetivando a assistência odontológica aos associados”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores o seguinte **REQUERIMENTO**, hoje endereçado à Mesa (aprovado pela Casa): nºs 100, 102, 105, 117, 128, 129, 130 e 131, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando “levantamento do número de casos de câncer de mama e de colo de útero; estudos para implantação do projeto “Residências Inclusivas; informações sobre alvarás de funcionamento e condições de segurança nas escolas da rede pública; instalação de banheiros químicos adaptados para pessoas com deficiência nos eventos organizados pelo Município; fornecimento de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual para coletores de lixo e correta utilização; levantamento de casos de câncer de próstata nos últimos 3 anos; casos de câncer de boca e laringe; câncer de pele”; nº 102, 109 e 110, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando “reenquadramento das despesas com pessoal da Prefeitura aos limites da LRF nº 101/00; cópia da planilha de custos que gerou a revisão de valores da tarifa de esgoto na cidade; e que o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos esclareça se há estudos para diminuir a tarifa de água e esgotos, diante da diminuição da tarifa de energia elétrica”; nºs 103 e 104, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “cópia dos registros mensais atualizados de repasses do Fundeb; cópias de contrato das empresas que fazem o transporte escolar e valores efetivamente pagos”; nº 106, 107 e 115, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando” informações sobre estudos que preveem a construção de uma piscina pública na zona leste; informações sobre a regularização do loteamento no Parque Novacoop; construção de sanitário público no Complexo Lavapés (Zerão)”; nºs 111, 114, 116 e 124, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando “disponibilização de uma sala para uso dos membros da Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, juntamente com o Sesmt; designação de dois membros da Cipa à disposição da Comissão, semanalmente, em sistema de escala; disponibilização de um carro para uso dos membros da Cipa e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

técnicos de segurança do Trabalho; encaminhamento de minuta de projeto de lei de criação do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal e Saúde Pública”; nº 112, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, solicitando” cópia das portarias de nomeações de 1º de janeiro até hoje”; nº 113, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando “a construção de UPA na zona norte”; nº 118, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando” informações sobre a mortandade de peixes no lago Lavapés”; nº 119 e 122, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando” posicionamento das defensas a serem implantadas na margem do Córrego Santo Antônio; estudos para a conclusão do calceteamento da cabeceira do córrego Santo Antônio; nº 121, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando “valorização profissional e salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias; reiterando o Requerimento 608/10”; nºs 125, 126 e 127, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando” estudos junto a Renovias para alterações de trânsito na entrada da cidade; que o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos informe sobre projeto de construção de miniestação de tratamento de esgotos em Martim Francisco; e criação de estatuto para o quadro profissional dos Cempis – Centros de Educação Municipal de Primeira Infância”; nº 132, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Solicitando “seja oficiado o Diretor Geral da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento – PCJ, Dalto Fávero Brochi, para que informe as atividades do Município como membro consorciado”. Em seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES**: nºs 8 e 9, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, “de congratulações e aplausos com o Departamento de Cultura e Turismo e a Comissão Organizadora do Carnaval 2013; idem para o Padre Sidney Wilson Basaglia pelos 10 anos de ordenação sacerdotal”; nº 10, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros “de pesar pelo falecimento da Irmã Cármen Sílvia de Oliveira Léllis”. Ato contínuo, foram dadas como lidas e encaminhadas ao Prefeito Municipal as seguintes **INDICAÇÕES**: nºs 174 a 177, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando “limpeza e manutenção do Complexo Lavapés; limpeza nas calçadas do Jardim Sbeghen; poda de árvore na Vila Sant Eliza, Aterrado; recuperação da praça



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

‘Vereador Ciro Bueno’, Jardim Sbeghen”; nº 153, 155 e 156, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “acessibilidade Web ao site oficial da Prefeitura pelas pessoas com deficiência; adequação dos brinquedos da Brinquedoteca Municipal para pessoas com deficiência; curso de Libras para os funcionários Municipais”; nº 154, 159 e 160, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, indicando “fiscalização nas agências bancárias e casas lotéricas pelas Leis 5139/11 e 5018/10; implantação da tarifa de ônibus a R\$ 1,00 nos fins de semana; compilação das leis de incentivo fiscal e adoção de política forte de industrialização”; nºs 157, 158, 171 e 172, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, indicando “reductor de velocidade na rua Amadeu Bucci, Jardim Flamboyant; o prolongamento da linha de ônibus Mogi Mirim x Mogi Guaçu até o Posto 2.600, na Avenida Pedro Bottesi; reductor de velocidade na rua dos Ferroviários, Mirante; idem na rua do Mirante, Mirante”; nº 164, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando “manutenção e reforma da praça 9 de julho”; nºs 165, 166 e 167, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “iluminação pública na rua Ema F. Garros, Chácaras São Marcelo; idem para a rua Ferreira Lima, Inocoop; operação tapa-buracos na rua Humberto Barros Franco, Inocoop”; nºs 168 e 169, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, indicando” colocação de pedalinhos no Lago Lavapés; semáforo no cruzamento da rua do Tucura com Avenida Brasil”; nºs 178, 179 e 180, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, indicando “obra de alargamento de ponte que liga Linda Chaib e Jardim Brasília; colocação de tachas reflexivas ‘olhos de gato’ nas avenidas principais e trechos de tráfego intenso da cidade; cadastramento das bicicletas e um sistema de emplacamento”; nº 181, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando” manutenção dos passeios públicos da Avenida Amucce Truffi, Parque da Imprensa”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício 209, de 1.2.13, da CEF, “informando sobre a posição atual do Empreendimento Jardim Europa”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares – requerimento 300/12). Ofício da Câmara de Cotia, SP “informando a Mesa Diretora pata o próximo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

biênio”; (atualize-se a lista de autoridades e archive-se). Telegramas datados de 6 a 8.2.13, do Ministério da Saúde, “informando sobre a liberação de recursos dos programas Farmácia Popular, PAB Fixo, Rede de Urgência, Rede Brasil Sem Miséria, Saúde Mental, Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar”. Esgotados os documentos, o Senhor Presidente ouviu o pedido do Vereador Laércio Rocha Pires para que a Tribuna Livre para hoje inscrita fosse realizada neste momento. (posto a votos, o plenário aprovou por unanimidade dos vereadores o pedido formulado pelo Vereador Laércio Rocha Pires). Cumprindo o dispositivo do art. 37 da LOM, combinado com o art. 226 da Resolução nº 276, de 9.11.10, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Vereadores que havia uma inscrição para uso da “**TRIBUNA LIVRE**” nesta noite, para a apresentação da Senhora Ivana Aparecida Biazotto Calefi, para falar sobre a valorização profissional dos agentes comunitários de Saúde e de Endemias, cujo discurso ficou gravado em fita própria, à disposição dos interessados por trinta dias. Finda a apresentação, o Senhor Presidente retomou os trabalhos do “Expediente”, e como não houvesse terminado o prazo, facultou o uso da tribuna aos oradores regularmente inscritos. A primeira oradora inscrita regularmente, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, foi à tribuna para saudar os presentes e se referir aos Vereadores, no sentido de disponibilizar o seu trabalho referente à Comissão de Inquérito sobre as irregularidades da merenda escolar, que se findou no ano passado. Embora tivesse sido um trabalho cansativo, a conclusão da CI foi que houve desvio de verba pública; não concluíram que os responsáveis da Administração tiveram conhecimento do desvio, mas soube-se que foram omissos. Outro ponto constatado é que houve superfaturamento dos produtos e depoimento de 64 merendeiras comprovando que a qualidade do produto entregue ao aluno não correspondia ao preço pago, altíssimo, conforme os estudos registraram. Para ela, a Administração pública tinha continuidade e a apuração não poderia parar, embora na Administração passada a votação dos Vereadores estivesse bem definida, sempre com três opositores. Para ela, o ideal seria a continuidade do procedimento, visando à cassação dos direitos políticos dos três envolvidos no escândalo da merenda



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

escolar na cidade. Registrou que não será a autora do Requerimento, porque já expôs a situação, e citou que, em 26 de dezembro de 2012, vieram as respostas dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, os quais analisaram o fato e comprovaram que realmente a fraude existiu. Assim, ela, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti era completamente a favor da cassação dos direitos políticos dos envolvidos, porque a impunidade não poderia prevalecer e cabia à nova legislatura decidir. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri desistiu de discursar. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos foi à tribuna para citar sobre o loteamento Novaccop, e necessitava de apoio jurídico para a regularização de alguns pontos, conforme reivindicação daqueles moradores. Citou ainda o seu pedido para a construção de uma piscina pública na zona leste da cidade, para propiciar esporte e lazer à comunidade, a exemplo da zona norte. Ainda mais, falou sobre o problema do escoamento das águas pluviais, onde havia pontos de inundação na cidade e ele, orador, solicitaria ao Prefeito para estudar melhor os pontos e solicitar obras urgentes nas galerias. A Vereadora Dayane Amaro Costa foi à tribuna para saudar os presentes e dizer que iria continuar a buscar dados sobre as doenças, a fim que compor o sistema de Saúde Municipal e detectar os pontos falhos. Em seguida, deu um exemplo: se o índice de câncer de boca e laringe estivesse alto, iria fazer uma campanha contra o tabagismo. Prosseguindo, citou sobre a sua outra bandeira – acessibilidade – e citou o seu descontentamento com a Cidade Simpatia, extremamente atrasada nos procedimentos e adequações, em relação a outros Municípios. Em Mogi Mirim ainda havia graves problemas e escreveu um projeto, hoje encaminhado ao Prefeito, a fim de destinar uma porcentagem de residências populares a pessoas com deficiência, já com acomodações e adequações previstas, promovendo a autonomia destas perante a sociedade. Soube que havia casos em que a família não possuía dinheiro para fazer adaptações nas casas, o que dificultava até a saída do deficiente às ruas. Então, iria buscar a ajuda da Administração para detectar tal problema e minorar a dificuldade que encontravam. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para saudar os presentes e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citar sobre as comissões de estudos sobre vários fatos. Complementou dizendo sobre o problema da merenda nas escolas, porque muitas famílias levavam as crianças às escolas exclusivamente para comer a merenda, pois não tinham condições de dar a alimentação devida em casa. Assim, pediu uma excelente qualidade da merenda nas escolas. Em seguida citou que cabia aos Vereadores a fiscalização e julgamento da Administração atual, porque os atos da Administração passada cabiam ao julgamento pelo Judiciário, e não mais à Câmara, e não gostaria de cometer erros em seu mandato. Porém, se houvesse fatos novos, a legalidade deveria ser estudada, porém, sem erros formais ou materiais de procedimento. Em seguida, foi à tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires, que citou sobre uma verba Federal que deveria ser repassada para os profissionais da Saúde, e que iria avaliar o caso. Sobre a fala da oradora que o antecedeu, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, disse que ela estava correta, e lembrou que havia votado contra o Requerimento de autoria da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, porque ele próprio havia pedido a instauração do feito no livro de propositura e ela havia atropelado o procedimento correto. Por esta razão, votou contra. Abordando outro assunto, disse ser a favor sobre a redução do horário dos profissionais da Saúde, já que não se conseguia aumentar o salário. Prosseguindo, o Vereador Laércio Rocha Pires se manifestou contra o movimento que está sendo feito na praça, a respeito da promessa de campanha do Prefeito em implantar o preço de R\$ 1,00 para os usuários de ônibus. Disse ele que os que encabeçavam o abaixo-assinado eram os mesmos que compareceram à reunião agendada com o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, que garantiu que iria implantar o preço em R\$ 1,00 e sabiam sob quais condições o preço havia sido majorado para R\$ 3,00. Assim, não concebia como ética essa movimentação contrária que gerou o abaixo-assinado pedindo tarifa social a R\$ 1,00. “Isso já vai acontecer, o Prefeito já falou!” – afirmou o Vereador Laércio Rocha Pires, que disse confiar na palavra do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp em suas promessas de campanha. Para ele, era muito cedo para críticas e havia “um bando de engraçadinhos” querendo aparecer, fazendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

críticas inoportunas, Por outro lado, criticou que houve Prefeito que havia permanecido oito anos no poder e não havia feito nada, assim como alguns Diretores de Departamento, e esses “engraçadinhos”, conforme citou, queriam fazer um coral para atrapalhar a Administração, pensando em si próprio e em sua candidatura nas próximas eleições. Para finalizar, disse que sabia a hora de defender e a de acusar, e que não se acovardava diante dos fatos e solicitou a todos que deixassem o Prefeito trabalhar, porque era muito cedo para cobrar dele os feitos. Além do mais, o Prefeito estava precisando da colaboração dos Vereadores e munícipes, e não de críticas, e que ele, Vereador Laércio Rocha Pires, estava colaborando como podia, buscando a doação das defensas para o ribeirão Santo Antônio junto às Concessionárias Intervias e Renovias, projeto já em alto grau de negociação. Posto isto, encerrou a sua participação. Na sequência, discursou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, o qual saudou os presentes e registrou suas proposições referentes ao Fundeb, porque soube de denúncias, há dois anos, de possíveis superfaturamento em algumas aquisições, de aparelhos sem instalação e outras irregularidades. Citando a fala da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti sobre retomar os trabalhos da Comissão de Inquérito sobre a merenda, o que gearia processos de cassação de direitos políticos dos envolvidos, ele disse que, se fosse para tornar aqueles agentes políticos inelegíveis, que poderia contar com ele, porque buscava a apuração dos fatos e a punição dos culpados. Salientou que o seu intuito era oferecer merenda de boa qualidade à rede Municipal de ensino, a preços acessíveis, mas que iria estudar o pedido feito pela Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Com relação ao transporte, disse que morava em zona rural e o transporte de alunos era intenso, gerando fluxo de carros e de veículos. Então, ele iria fiscalizar o itinerário e o preço, bem como os vários horários, a fim de evitar que os alunos se concentrassem ou se acumulassem em um só ônibus. Posto isto, encerrou a sua participação na tribuna. Ato contínuo, assumiu a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, que saudou os presentes e comentou sobre o seu trabalho voluntário no projeto Maguila e no Cecom da Vila Dias, entre outros. Em seguida citou que voltando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da zona rural de Conchal na segunda-feira e a chuva intensa caiu, servindo de oportunidade para que alguma empresa inescrupulosa se aproveitasse do mau tempo e despejasse nas águas do Complexo Lavapés a carga tóxica, ocasionando a mortandade alta de peixes no complexo Lavapés, pela poluição daquele lago. Disse que foi ao local e encontrou-se com três bombeiros, e conversaram sobre o tema e ajudaram voluntariamente na resolução do problema, e ele, Vereador Luís Roberto Tavares, foi motivo de crítica na imprensa, pelo seu ato. Então, citou o tema do voluntariado para mostrar aos demais que o Vereador tinha suas prerrogativas inscritas em lei, mas também poderia ser voluntário em várias ocasiões, porque era direito seu de exercer a ajuda e a colaboração em qualquer área que desejasse. Assim, o Vereador Luís Roberto Tavares disse que iria continuar o seu trabalho em prol da população e que, embora fosse criticado, iria continuar a prestar trabalho voluntário nos vários segmentos em que julgasse conveniente. O próximo orador regularmente inscrito, Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, foi à tribuna para saudar os presentes e diz que a reuniu-se com a Doutora Christiane Hillal para tratar da regularização dos loteamentos Domênico Bianchi, onde alguns moradores poderiam ser relocados. Disse ele que a soube que a Prefeitura não poderia fazer obras em loteamento irregular; porém, a Promotora Pública disse que isso era desculpa do Prefeito para não ter que atuar no local. Então, a saída era inserir a obra no orçamento e buscar recursos para relocar as 80 famílias do local, e havia uma empresa contratada pelo governo do estado e ele iria comparecer à reunião, para aprender. Tal fato não consistia em prerrogativa de Vereador, mas ele iria a fundo à questão, porque o trabalho de Vereador não poderia ser limitado. “O Vereador é muito maior que isso!” – valorizou o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni. Prosseguindo, disse que o programa “Cidade Legal” existia para dar um contorno maleável à lei, não a deixando tão rígida, porque não seria fácil remover todo aquele pessoal que construiu a casa em cima de nascente, canalizando-a para uso próprio, o que é totalmente irregular. Portanto, concitou todos os Vereadores, em especial Laércio Rocha Pires, Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, sempre muito atuantes nos bairros Domênico



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Bianchi e Parque das Laranjeiras, que o acompanhassem na reunião de amanhã, para conhecer melhor o tema e as possíveis resoluções para tão imenso problema, exercitando a própria experiência técnica no tocante a loteamentos. Assim, avisou os profissionais da Prefeitura para consultarem a Promotoria Pública, o que agilizaria os projetos e que poderiam contar com ele para exercer a Vereança em todas as suas prerrogativas, e até em mais que isso. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, que saudou os presentes e afirmou ter feito proposituras sobre a iluminação pública, visando ao fim dos pontos escuros da cidade. Em seguida, disse estar preocupado com as admissões irregulares e solicitou cópia de todas as portarias de nomeação de funcionários comissionados, desde o começo do ano. Prosseguindo, disse que a época era de chuva, o que gerava crescimento no capim, o que demandaria em contratação de pessoal para o rápido corte desse mato. Por fim, desejou o rápido reestabelecimento do Vereador Professor Cinoê Duzo, enfermo hoje. O Vereador Marcos Bento Alves de Godoy foi à tribuna para saudar os presentes e parabenizou a atitude do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni sem eu procedimento. Em seguida, disse que gostaria de compilar as leis de incentivo fiscais na cidade, dificultando aos investidores que aqui quisessem investir. Prosseguindo, disse que a atitude do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp para se inteirar da situação atual poderia gerar uma suspensão nos empreendimentos em execução; então, que fosse breve, porque a cidade não poderia parar. Por fim, pediu que a vaidade dos Vereadores fosse contida, porque isso não trazia votos ou méritos, mas trazia polêmicas que não levavam a nada. Repudiou o jornalista que fazia pouco dos atos do Vereador Luís Roberto Tavares em seu trabalho voluntário e desejou que a imprensa fosse firme, séria e imparcial na divulgação dos projetos dos Vereadores. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para dizer que gostaria de repassar seu tempo de inscrição ao Vereador Luís Roberto Tavares, seu liderado de bancada. O Presidente arguiu que isso não seria possível por ora, porque ainda não havia se findado o rol dos Vereadores regularmente inscritos. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e discursou sobre a seriedade de alguns Vereadores em assumir o verdadeiro papel do Vereador, e parabenizou o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni pelo ótimo discurso e pelas atitudes valoráveis em prol da comunidade. Julgou que todo o apoio seria benéfico para resolver a situação das irregularidades de loteamentos. Citou que colheu 234 assinaturas de moradores do Parque das Laranjeiras num abaixo-assinado, que foi encaminhado ao Prefeito e à Promotoria Pública, porque as obras estavam liberadas para aquele local, bastando apenas a boa vontade do Governo Municipal. Pensava que o apoio dos Vereadores seria bem-vindo e os Vereadores deveriam buscar a melhor condição e entendimento sobre o assunto. Em seguida, respondeu ao Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi sobre a limpeza dos terrenos e comunicou-lhe que tinha contato com o João Luiz Andrade Teixeira e vinha notando que o Departamento estava trabalhando incansavelmente, sem o contingente necessário e, ainda mais, com o controle de pragas e roçagem, o que demorava um pouco mais, mas que daria ótimo resultado. Posto isso, findou a sua participação na tribuna. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio citou sobre as suas proposituras referentes à colocação de setecentos metros de defesas no Ribeirão Santo Antônio, e gostaria de saber de houve estudos técnicos sobre o tema, porque a calha atual estava insuficiente para o volume de águas, e deveria ser alterada, por insuficiente, devido ao volume da demanda de águas pluviais. Então, esperava ver um estudo sobre os locais corretos das defensas, para não perder o trabalho. Em seguida, solicitou um estudo para complementar a canalização do ribeirão Santo Antônio até a altura da rua que cruza com a Avenida Brasil em seu ponto final, resguardando o ponto de preservação ambiental do Jardim Santana. Essas medidas visavam à contenção das águas pluviais no local. Quanto à Comissão de Investigação da merenda, ele não entendia o porquê de o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp ter recontratado a empresa, que já foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

considerada fraudulenta, porque a melhor pedida deveria ser fazer novo contrato, em medida de urgência. O Líder de Bancada Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni solicitou a palavra para repassá-la à sua liderada, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Após a anuência do Presidente, ela disse que foi citada por várias vezes e explicou que a documentação do processo se referia a J. Coan e a firma conservada pelo Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp também estava sendo fiscalizada e nada constava que eram os mesmos sócios da Coan, embora houvesse rumores, que não foram provados. Ela disse que trabalhou do Departamento de Educação em janeiro e soube que a nova equipe reformulou o cardápio e que estava sendo monitorado pela irmã do ex-Vereador João Luiz Andrade Teixeira, o qual era membro da CI e conhecia a fundo o assunto. Essa monitora fiscalizava o alimento que chegava às cozinhas e ia às cozinhas pessoalmente para fiscalizar o trabalho das merendeiras, bem como o acompanhamento dos eletrodomésticos. Narrou que a Coan comprava eletrodomésticos novos para repor os quebrados; ao sair, removeu todos os aparelhos que comprou, deixando as cozinhas desprovidas de aparelhos ou tendo que usar os sucateados. Esse fato estava sendo averiguado pela Promotoria Pública, porque o Município havia ficado em prejuízo. Ainda mais, não havia merendeiras suficientes para fazer o trabalho e ajustes deveriam ser feitos; porém, os problemas de 31 de dezembro de 2012 não acabaram e devem ser estudados. Em seguida solicitou atenção para as emendas que após aos projetos que haviam sido lidos na Câmara e explanou demoradamente sobre alguns pontos do Magistério Municipal e também sobre a lei autorizativa do estágio. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna como Líder de Partido para responder ao Vereador Laércio Rocha Pires sobre a questão do abaixo-assinado do ônibus a R\$ 1,00, o qual se referia a uma união dos partidos PT, PSB e PSD, os quais estavam alertando a população sobre a promessa feita durante a campanha eleitoral do atual Prefeito. Lembrou que aquelas bicicletas de propaganda apenas citavam “Ônibus a R\$ 1,00” e não se referia à tarifa social. Em setembro, o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp declarou aos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

jornais sobre ônibus a R\$ 1,00 a partir do segundo semestre e não falou em tarifa social. Assim, consistiam provas que o Prefeito não estava cumprindo o compromisso de campanha. No tocante à colocação do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni sobre loteamentos, sempre lutou por melhorias em loteamentos não regularizados e o maior exemplo era o loteamento Sehaç, que recebeu melhoramentos e teve a regularização muito depois. Em seguida a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira se referiu às fases necessárias para se fazer o asfaltamento de uma via pública, que consistem em várias obras prévias, as quais não poderiam ser esquecidas, como iluminação e sistema de água e esgotos, bem como guias e sarjetas e galerias de águas pluviais. Lembrou-se de que o ex-Prefeito Paulo de Oliveira e Silva não pode dar continuidade aos melhoramentos que implantou no Parque das Laranjeiras, além da rua 15, porque não havia tal infraestrutura no restante das ruas. Então, ele entrou em contato com o Ministério Público e conseguiu o consentimento para levar iluminação e água para todas as casas que existiam naquela época no bairro, e isso foi feito. O Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Líder de Bancada, pediu a palavra para repassá-lo ao seu liderado, Vereador Laércio Rocha Pires. Após a anuência do Presidente e já na tribuna, o Vereador Laércio Rocha Pires falou que os organizadores do abaixo-assinado relativo a não implantação do ônibus a R\$ 1,00 estavam “fazendo média com o chapéu alheio”. Quanto ao loteamento irregular, eram 17 atualmente e ele esteve junto aos moradores falando com a Doutora Cristiane Hillal, que repetiu os dizeres: “O Prefeito pode realizar melhorias em loteamento irregular; basta querer.” Prosseguindo, o Vereador Laércio Rocha Pires disse ter sido incompetência de todos os Prefeitos que passaram pela Administração, e não só do ex-prefeito Carlos Nelson Bueno. Louvou o programa “Cidade Legal” pelos pontos positivos e as possíveis regularizações não eram mérito dos Vereadores, porque o programa era de outra esfera. Além do mais, o filho da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros trabalhava em cargo estadual relativo à Secretaria da Habitação e ele deveria ajudar no processo em Mogi Mirim, porque ele tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acesso direto ao Governo do Estado. Assim, ficava muito aborrecido quando ele, orador, conseguia as benesses para a cidade e outra pessoa levava os méritos. Em seguida, abordando o problema do mato alto, ele sentia tristeza em não ver melhorias em seu bairro, e não conseguia que o Departamento competente as fizesse. Daí, a população do bairro vinha cobrá-lo e de nada adiantava explicar que a cidade estava sem manutenção há 6 meses. Falou ainda que havia recebido resposta da Administração, e iria cobrar dela, porque havia lutado muito pela implantação da Avenida Amucce Truffi, e que havia conseguido material para fazer a calçada. A Prefeitura fez malfeito o trabalho, gerando reclamações dos usuários daquela área, que lhe deram respostas mal-educadas, sem falar na competição do pedestre com o motorista, o que gerava acidentes, e, a seu ver, a prioridade deveria ser do cidadão. Pediu, ainda, há dez anos, o gradil e a calçada para o campo de futebol do bairro e ainda não foi contemplado com a obra. Enquanto isso, Vereadores que residiam em bairros melhores, não necessitando de melhorias, e pessoas mal intencionadas, tiravam proveito da situação e o criticavam perante os moradores do Parque da Imprensa, dizendo-lhes que “*o Vereador do seu bairro não se mexe.*” Mas o ex-Prefeito Paulo de Oliveira e Silva e a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros poderiam provar a sua luta incessante em prol do bairro, ainda que fosse um mero líder comunitário, candidato a Vereador, e foi assim que conseguiu pôr asfalto nas principais catorze vias do Parque da Imprensa, durante três anos e meio de luta. O Prefeito Paulo Silva havia implantado, a pedido dele, Vereador Laércio Rocha Pires, ainda como “delegado de bairro”, uma escolinha e uma quadra de esportes para o bairro, além de iluminação, água e duas linhas de ônibus para o local. Assim, sentia-se infeliz em sofrer tais críticas e citou: “É triste quando você escuta parceiros, companheiros aqui da Câmara Municipal detonar a sua imagem, que são Vereadores que não têm a capacidade de fazer o que você faz. Encaro dessa maneira. Porque se o cidadão tem coragem de fazer, faça como eu, e não adianta arrumar meia dúzia de cidadãos para querer pressionar a Câmara Municipal.” – frisou. O Vereador Laércio Rocha Pires prosseguiu o seu discurso como segue: “Fiz muito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

como líder comunitário e não pedi a bênção de ninguém! Não vinha aqui atazanar a vida de Vereador nem do Prefeito, porque trabalhei. Fui eleito porque eu trabalhei e não aporrinhei a vida de Vereador nessa Casa! Desculpe a expressão!” – desabafou o Vereador Laércio Rocha Pires, que confessou que apenas vinha à Câmara para trazer a reivindicação do povo, mas não fazia média e não atrapalhava, pressionava ou fiscalizava quem estivesse trabalhando. Para ele, o mais importante é correr atrás do trabalho e conseguir concluir feitos em prol da população, como fez como líder comunitário. “Agora, não é justo, pessoas que saíram candidatos, não se elegeram e vêm ‘cantar de galo’ nessa Casa, dizendo que vão fiscalizar os Vereadores da Casa! Vereadores novatos, não se intimidem com isso. Tem que chegar ao ouvido desse cidadão para ele ir trabalhar, ver a situação dos moradores dos bairros, e não vir pegar a coisa feita, pronta, aqui e dizer que está fiscalizando. Vereadores novatos, prestem atenção, não se intimidem com aperto e arrocho de pessoas que vêm aqui para pressionar.” – avisou o Laércio, finalizando a sua participação na tribuna. Como líder, foi à tribuna a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, que solicitou que o seu tempo fosse repassado ao Vereador Luís Roberto Tavares, seu liderado. No entanto, aproveitou a situação para dizer ao Presidente que poderia ter passado o tempo também no “Expediente”, e que o Presidente deveria conhecer o Regimento Interno. O Presidente explicou que ainda havia oradores regularmente inscritos e que, regimentalmente, estava impedido de fazê-lo naquela hora. O Vereador Luís Roberto Tavares, da tribuna, pediu calma ao Vereador Laércio Rocha Pires e explicou que o Vereador Daniel Gasparini dos Santos havia pedido informações sobre o Novacoop e hoje havia sido publicada a nomeação da Comissão voltada aos loteamentos irregulares, onde constavam ele como Presidente e os Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Laércio Rocha Pires como membros. Assim, os trabalhos deveriam ter início logo, com base no “Cidade Legal”, que contemplavam 11 loteamentos e a proposta seria incluir os demais faltantes, porque bairros com 500 residências, como Jardim Europa, que, por um problema jurídico sobre o nome do loteador, a Caixa Econômica Federal não liberava as escrituras. Em seguida, o Vereador Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Roberto Tavares fez citações referentes às peculiaridades do Parque das Laranjeiras e avisou que, na próxima quinta-feira, a Bancada do PSDB estará em reunião na Capital com o Deputado Sílvio Torres e no CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, para o que solicitou a presença dos membros da citada comissão recém-nomeada ou de quaisquer outros Vereadores interessados. A Vereadora Dayane Amaro Costa foi à tribuna como líder, para repassá-la ao seu liderado, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, o qual comentou sobre os rumores e a possibilidade de ele se tornar o líder do Prefeito na Câmara. Assim, comunicou que, a partir de hoje, aceitou ser o líder do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp na Câmara, com algumas ressalvas, porque queria ser informado sobre a matéria a ser encaminhada para a Câmara e votada em plenário e, como líder, ele teria acesso a tudo isso. Desta forma, disse que faria o seu melhor na Câmara Municipal e imparcial em seus atos. No que tange à tarifa de ônibus, sabia da dificuldade de implantar o preço de R\$ 1,00 e pediu-lhe que nos finais de semana o ônibus custasse apenas essa importância, e que conseguisse, paulatina e definitivamente, tal bem-estar para a população, em todos os dias da semana. Anunciou que promessa de campanha era coisa séria, na política e na vida e cobrou demais do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp o que foi dito em campanha eleitoral, e que o cobraria de tudo, de tempos em tempos, além de investidores que buscavam um espaço na cidade, oferecendo emprego e renda para a população. Posto isto, encerrou a sua participação. Não havendo oradores inscritos e interessados em discursar, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 21h40, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental de cinco minutos a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: 1. Projeto de Lei Complementar nº 1/13, do Prefeito, “alterando dispositivo da lei Complementar nº 205/06, que dispõe sobre o quadro de pessoal, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

plano de empregos, salários e carreiras da Prefeitura e dando outras providências”; (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2013, do Senhor Prefeito, em Primeiro Turno); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão para apreciação e votação em segundo turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti desistiu de falar. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, próximo orador inscrito, foi à tribuna para comentar sobre o projeto da cesta básica e disse ter procurado as funcionárias Marlene Tarossi e Míriam Aló, bem como alguns Vereadores, e, na sua avaliação, faltou citar 13 estatutários e 20 pensionistas, que também acabariam recebendo a benesse. Os Vereadores Daniel Gasparini dos Santos, Dayane Amaro Costa, João Antonio Pires Gonçalves e Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, desistiram de falar. O Vereador Laércio Rocha Pires, próximo orador regularmente inscrito, foi à tribuna para anunciar que conseguiu verba junto ao Deputado David Zaia, para a aquisição de um automóvel para o Lar Santo Antônio, bem como R\$ 300 mil para a área de lazer e campo de futebol para o Jardim Planalto, luta que contou com a participação do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e esperava uma breve resposta positiva, para poder colaborar com os moradores. Prosseguindo, disse que estava lutando por verbas a fundo perdido junto aos Deputados, buscando melhorias para os bairros Domênico Bianchi, Parque das Laranjeiras e outros bairros menores, e aguardava a resposta positiva, até o mês vindouro. Prosseguindo, agradeceu ao Vereador Daniel Gasparini dos Santos pela ajuda, porque ambos haviam conseguido grandes e importantes contatos para a regularização do Loteamento Novacoop, envolvendo uma cooperativa para finalizar o assunto. Comunicou que amanhã iria a Campinas e São Paulo para pedir verbas aos políticos e representantes de renome, os quais poderiam ajudar o Município a se desenvolver nas várias áreas. Citou que o Vereador Luís Roberto Tavares presidiria uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

comissão para estudar os loteamentos irregulares e ele, Vereador Laércio Rocha Pires e o Vereador Daniel Gasparini dos Santos também faziam parte dela, trabalhando junto aos Departamentos Municipais. Na sequência, o Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para dizer ao Vereador Marcos Bento Alves de Godoy que comentou que as bancadas do PSB, PT e outras estavam organizando abaixo-assinado, fato mencionado inúmeras vezes nos trabalhos de hoje e comunicou o que segue: “Eu não sabia! Acredito que o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri também não sabia.” O Vereador Waldemar Marcurio Filho anunciou que compareceu à reunião no Poder Executivo há alguns dias e o Prefeito havia informado que a passagem seria aumentada para R\$ 3,00, para cumprir o contrato, mas que havia a discussão para reduzi-la para R\$ 1,00, cumprindo a promessa de campanha eleitoral; isso exigia que se aguardasse um tempo de espera de até cinquenta dias, na sua avaliação. Repetindo a sua afirmação, o Vereador Waldemar Marcurio Filho disse que não sabia do citado abaixo-assinado, mas que, se fosse necessário representar o Poder Executivo, isso teria o seu apoio, a fim de fazer cumprir o que o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp prometeu em campanha. No momento, com apenas dois meses de tempo na legislatura, o mais sensato era aguardar um pouco mais, e registrou o seu repúdio por não saber do abaixo-assinado e, se tivesse sabido com antecedência, poderia até ter participado, mas iria explicar o que foi dito na reunião e, definitivamente, o abaixo-assinado não era oportuno, do seu ponto de vista como Vereador. Os Vereadores Luís Roberto Tavares, Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros e Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio desistiram de falar. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Senhor Presidente determinou fosse guardado dum respeitoso minuto de silêncio pelo passamento da Irmã CÁRMEN SÍLVIA DE OLIVEIRA LÉLLIS. Cumprida dita providência e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

da presente sessão às 22h06 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A